



**ALOCUÇÃO DE SUA EXCELÊNCIA KAY RALA XANANA GUSMÃO,
CHEFE DA EQUIPA DE NEGOCIAÇÕES DAS FRONTEIRAS MARÍTIMAS**

**TIMOR-LESTE, HISTÓRIA ATÉ AO PRESENTE:
COMO É QUE TIMOR-LESTE ACOLHE O DIREITO E AS INSTITUIÇÕES
INTERNACIONAIS PARA AVANÇAR COM OS OBJETIVOS NACIONAIS**

Academia Diplomática dos Emirados, 2019

**Abu Dhabi, Emirados Árabes Unidos
13 de janeiro de 2019**

Senhoras e senhores,

É para mim um grande prazer ser vosso convidado na Academia Diplomática dos Emirados.

Esta prestigiosa Academia, conhecida pela excelência na formação da próxima geração de diplomatas dos Emirados Árabes Unidos, prima pela promoção e ensino de princípios, que considero fundamentais, num mundo em constante mudança e imprevisibilidade: a inovação, a tolerância, a diversidade, a cooperação e, por último, mas não menos importante, a paz!

Mais do que nunca, o mundo precisa de diplomatas competentes e profissionais, que contribuam não só para fazer cumprir os interesses nacionais dos seus países, mas que contribuam também para um mundo melhor.

O futuro da humanidade necessita de mais “construtores de diálogo e obreiros da paz” para superar os desafios da modernidade, e os EAU estão a desenvolver esforços para os providenciar.

É, como tal, uma honra partilhar com este ilustre público, a história do meu pequeno e jovem país Timor-Leste, e como esta história destaca a importância da diplomacia e do direito internacional.

Caros estudantes,

Timor-Leste, uma meia-ilha com pouco mais do que 15.000 km², situada na encruzilhada da Ásia com o Pacífico e entre dois países gigantes, a Austrália e a Indonésia, é um dos países mais pobres do sudeste asiático.

Não muito diferente da vossa própria história, antes de 1966, Timor-Leste tem uma história secular de dominação colonial. Não obstante a vontade intrínseca de liberdade, comum a todos aqueles que foram subjugados à gesta europeia, admitimos que, do encontro de culturas e civilizações, surgiu uma identidade única na região asiática, de um país que por ser lusófono partilha a sua identidade cultural e linguística com outras oito nações do mundo, distantes, mas solidárias.

Em 1974, a Revolução dos Cravos, em Portugal, trouxe a esperança de independência para Timor-Leste. Rapidamente, os timorenses organizaram-se para definir o destino político da nação.

No entanto, a inexperiência e impreparação dos nossos jovens revolucionários levou a uma breve guerra civil que, embora penosa, traçou irreversivelmente o sentido de pertença à Pátria e ao Povo.

Não seria fácil, a partir deste momento, extinguir a vontade de um povo em ser soberano. Como tal, a 28 de novembro de 1975, declaramos unilateralmente a nossa independência de Portugal.

Porém, nove dias depois, fomos brutalmente invadidos e incorporados na Indonésia.

Assim, no mesmo ano em que a guerra do Vietname chegou ao fim, teve início uma nova guerra no Sudeste Asiático. Uma guerra que perdurou 24 anos e que poderá ter sido a mais cruel da história moderna. Durante um quarto de século, os timorenses foram vítimas de massacres, tortura, fome induzida e todo o tipo de intimidação e violência.

Isto perante a indiferença da comunidade internacional e, diria mesmo, da conivência e imoralidade de algumas potências mundiais. Não nos podemos esquecer que vivíamos em pleno período da guerra fria, onde os meios justificavam os fins...

Mas, como sabem, nas relações internacionais, há os realistas e os idealistas. Segundo os realistas, as relações internacionais são impelidas pelo poder. Segundo os idealistas, devem ser guiadas por princípios de justiça.

O facto de Timor-Leste existir hoje, como nação independente e democrática, é a prova de que por vezes os realistas se enganam e que os poderosos nem sempre prevalecem sobre os mais fracos.

Assim, enquanto o povo se mantinha resiliente e os guerrilheiros ofereciam resistência à ditadura militar, outros bravos timorenses cruzavam uma também

árdua luta, diplomática e política, nos bastidores das Nações Unidas, e noutras instituições internacionais, usando como arma o direito internacional.

Valeu-nos a arte da diplomacia, não só de países que nos apoiaram, mas de pessoas que tiveram a coragem de apoiar Timor-Leste, discordando com os seus próprios governos que apoiavam ou silenciavam a ocupação ilegal.

Passado quase duas décadas e após um longo processo negocial, conseguimos finalmente quebrar o cerco. Para além da força do nosso povo e do papel vital desempenhado pela resistência timorense, tivemos outra grande força do lado de Timor-Leste, já no trecho final que levou à nossa independência: o direito e o sistema internacional!

O Secretário-Geral das Nações Unidas, Kofi Annan, nessa altura disse: "Nunca antes o mundo se tinha unido com tamanha determinação para ajudar uma pequena nação a se estabelecer". Outras palavras, também proferidas pelo Secretário-Geral, continuam a fazer eco nos dias de hoje: "A independência não significa o fim do compromisso que o mundo tem para convosco".

Num referendo organizado e supervisionado pelas Nações Unidas, em agosto de 1999, o povo timorense votou esmagadoramente a favor da independência.

Caros estudantes,

Foi num cenário de total destruição que começámos a desenhar o processo de construção da nação.

À carga psicológica de um prolongado conflito, que pesava sobre o povo, aliava-se a falta de recursos financeiros e a inexistência de instituições, necessárias à construção do Estado.

Fomos aprendendo e observando também os desafios globais que se apresentam, ainda hoje, a muitas nações do mundo que continuam frágeis, em conflito ou em situação de pós-conflito, sem poder ter uma nesga de esperança que lhes permita provocar mudanças.

Entendemos que manter a paz e a estabilidade, privilegiando também um longo processo de reconciliação com a Indonésia e de diálogo interno entre os timorenses, são fatores primordiais ao desenvolvimento.

Por outro lado, o estabelecimento de cooperação e amizade, não só com os nossos vizinhos mais próximos, mas também com os da região e do mundo, foram essenciais para firmar um caminho seguro para a nossa nação.

Não posso exagerar ao descrever o quanto Timor-Leste é grato a todos os países que contribuíram para a paz e estabilidade no nosso país, bem como para construir as instituições do Estado timorense.

E no processo de reconstrução de um país que nasceu das cinzas, compreendemos que éramos apenas um milhão, entre outras centenas de milhões de pessoas em todo o mundo, que encaram o desafio de desenvolvimento.

Felizmente, para além da natureza e resiliência do nosso povo, contamos ainda com importantes reservas de petróleo e gás e produzimos café de classe mundial.

É por isso tão premente a implementação do nosso Plano Estratégico de Desenvolvimento 2011-2030, plano este que pretende diversificar a economia, desenvolver o nosso capital humano e fazer crescer o nosso país de forma sustentável.

Caros estudantes,

O direito internacional foi criado pela Comunidade das Nações para regular as relações entre os Estados e contribuir para a resolução construtiva e pacífica de disputas internacionais.

O sistema internacional baseado em regras constitui uma esperança para muitas nações do mundo e, particularmente, para o meu país, que dependeu disso para restaurar a sua independência.

Gostaria de partilhar convosco um caso, mais recente, que levou Timor-Leste a confiar novamente no direito e nas instituições internacionais para defender o interesse do seu povo.

Timor-Leste, como acabei de expor, é sobretudo recordado pela sua difícil luta de libertação contra a ocupação da Indonésia, com acesso a recursos e meios incomparáveis aos nossos. No entanto, ainda fragilizados e com a colossal tarefa de construção nacional, tivemos que encetar uma nova luta de soberania. Novamente face a um grande e poderoso país vizinho, a Austrália.

O Mar de Timor possui importantes recursos de petróleo e gás, que acreditamos virem a ser transformadores para a economia da nossa nação. O acesso aos nossos recursos marítimos, pode vir a desbloquear grandes riquezas e ser um poderoso motor de arranque para o desenvolvimento do nosso país.

Neste sentido, a delimitação das nossas fronteiras marítimas, significa para nós não só a concretização óbvia da nossa independência política e económica. Mas, também, assegurar que os sacrifícios do nosso povo não tenham sido em vão.

Mais de 60% da nossa população tem menos de 25 anos de idade e, naturalmente, a precisar de satisfazer as suas necessidades básicas em termos de alimentação, cuidados de saúde e emprego. Sabíamos que esta geração nunca seria verdadeiramente livre, a menos que liderássemos a transição de uma situação de fragilidade para a resiliência e estabilidade.

A Indonésia, com quem temos atualmente um excelente relacionamento de cooperação e amizade, concordou de imediato em negociar as fronteiras marítimas de acordo com o direito internacional.

Porém, a Austrália, o nosso outro país vizinho e aliado, recusou-se a negociar as fronteiras marítimas connosco e, durante duas décadas, tentámos todos os meios processuais disponíveis para encontrar um caminho a seguir.

O Governo australiano, apenas dois meses antes da restauração da independência, a 20 de maio de 2002, retirou-se de todos os procedimentos de resolução vinculativa de disputas em torno de fronteiras marítimas.

Também não pudemos negociar bilateralmente as fronteiras marítimas permanentes no Mar de Timor. Tivemos apenas a possibilidade, graças à “benevolência” dos nossos vizinhos, de celebrar acordos provisórios de partilha de recursos, para permitir o acesso e exploração dos recursos do Mar de Timor. Apesar destes acordos terem gerado importantes receitas para a reconstrução do nosso país, através do nosso Fundo Petrolífero bem gerido, estes acordos não podem ser considerados justos e com base nos direitos soberanos de Timor-Leste.

Assim, analisadas todas as opções, Timor-Leste resolveu iniciar, pela primeira vez na história, o mecanismo de conciliação obrigatória, no âmbito da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM).

Como sabem, as questões complexas relacionadas aos oceanos e mares, inspiraram os países a aderir, em 1982, a um abrangente tratado multilateral - a CNUDM. Este tratado internacional, que é um dos mais aperfeiçoados e complexos instrumentos jurídicos internacionais em vigor, está no cerne da ordem legal que protege os nossos oceanos.

Timor-Leste é um forte defensor desta Convenção, assim como sempre defendeu a ordem jurídica internacional, estabelecida com base no princípio da igualdade das nações. Todas as nações, grandes ou pequenas, desenvolvidas ou em desenvolvimento, antigas ou recentes, são iguais perante a lei.

A conciliação não foi um processo fácil. Foi uma luta que nos testou a cada passo do caminho. Tendo iniciado o processo em abril de 2016, assinámos o histórico Tratado sobre Fronteiras Marítimas com a Austrália, a 6 de março deste ano. O resultado final fornece a Timor-Leste uma fronteira marítima permanente que é consistente com o direito internacional, assegurando os nossos direitos soberanos como Estado costeiro no âmbito da CNUDM.

O modelo de conciliação das Nações Unidas é sobretudo importante numa altura em que aumentam as tensões geopolíticas a nível mundial em torno de disputas marítimas e, por esta razão, a experiência de Timor-Leste enquanto país pequeno, frágil e em vias de desenvolvimento, que confrontou um vizinho marítimo grande e poderoso, é um testemunho da fé de Timor-Leste na ordem legal internacional.

Este processo demonstrou ainda que pode haver a necessidade de apoiar outros países em vias de desenvolvimento, para promover a igualdade de acesso aos mecanismos jurídicos internacionais, para a resolução de disputas marítimas. Esta é uma iniciativa que Timor-Leste está disposto a promover, em conjunto com outros países que partilhem esta mesma visão.

Esperamos poder trabalhar com os nossos amigos de todo o mundo, na criação de um *Trust Fund* internacional e independente, para apoiar financeiramente, legalmente e tecnicamente, os países em desenvolvimento a resolver as suas disputas marítimas.

Que altura mais adequada para nos unirmos e provarmos ao mundo que o sistema internacional pode funcionar. Timor-Leste alcançou a sua independência com a ajuda do sistema internacional. Hoje, em disputas sobre fronteiras marítimas, temos a chance de provar que o sistema internacional ainda tem muito para oferecer.

Isso porque, para além das disputas marítimas, há casos que questionam a eficácia da implementação dos princípios internacionais e as obrigações morais dos decisores globais. Por exemplo, atualmente a comunidade internacional está a falhar na análise das verdadeiras causas dos problemas em todo o mundo, que afetam milhões de pessoas, incluindo mulheres e crianças. Tempo e recursos são desperdiçados, porque todos estão apenas focados nas respostas às consequências fatais de eventos trágicos, que vemos acontecer ano após ano.

Caros estudantes,

Não posso concluir sem desejar, a todos vós, o maior êxito para os vossos estudos e para as vossas carreiras.

Vocês, jovens homens e mulheres, são os que vão escrever um novo capítulo de diplomacia. Vocês são os próximos guardiões do direito internacional e das nossas instituições internacionais!

Não há instituições boas ou más, justas ou prepotentes... as instituições são o reflexo das pessoas que nelas trabalham! Sejam os promotores da paz, sejam os promotores do diálogo, para reduzir as guerras e os potenciais conflitos. Sejam os promotores da justiça e do respeito mútuo entre culturas, religiões e povos e entre as nações.

Vejo aqui jovens inteligentes, dedicados e entusiastas - todos vocês – que representam um futuro que vocês mesmos poderão moldar, para um mundo melhor e mais tolerante, para um mundo de paz.

Votos de muito sucesso para o vosso futuro.

Muito obrigado.

Kay Rala Xanana Gusmão

13 de janeiro de 2019